



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

Assunto: Dispensa de Licitação - Aquisição de Portas para Ampliação de Escola
Interessado: Departamento Municipal de Licitação

Trata-se de parecer jurídico de natureza analítica e avaliativa, elaborado em atendimento à solicitação formulada pelo Departamento Municipal de Licitação, por meio do Memorando nº 44/2026, visando analisar a legalidade da fase interna do Processo Administrativo nº 029/2026 – Dispensa Eletrônica nº 11/2026, referente à aquisição de portas para a ampliação da escola Vargem do Rio. O presente exame tem por escopo verificar a conformidade dos atos praticados com a legislação de regência, em especial a Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, com o fito de subsidiar a tomada de decisão quanto ao prosseguimento do certame.

Ementa:

DISPENSA DE LICITAÇÃO, AQUISIÇÃO DE BENS, AMPLIÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR, LEI Nº 14.133/2021, ART. 75, INCISO I, VALOR ESTIMADO, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS, DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA, PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LEGALIDADE, EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE, PROPORCIONALIDADE, ATUALIZAÇÃO DE VALORES, DECRETO FEDERAL, PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Departamento Municipal de Licitação, materializada por meio do Memorando nº 44/2026, com o objetivo de obter parecer jurídico acerca da higidez da fase interna do Processo Administrativo nº 029/2026, relativo à Dispensa Eletrônica nº 11/2026.

O escopo desta dispensa de licitação compreende a aquisição de portas, as quais são destinadas à ampliação da Escola Vargem do Rio. A justificativa para a contratação direta, apresentada de forma sucinta, reside na necessidade imperativa de assegurar a conclusão das novas dependências incorporadas à referida unidade escolar. As portas, em tal contexto, configuram-se como elementos cruciais para a plena funcionalidade dos espaços, garantindo, de maneira concomitante, adequadas condições de segurança, organização, privacidade e o necessário controle de acesso aos locais destinados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

A documentação acostada aos autos dispõe de fundamentação para a não elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Análise de Riscos. Tal dispensa encontra amparo no Decreto Municipal nº 100/2025 e na Consulta nº 1102289/TCEMG, dispositivos que, em sua interpretação, conferem à Administração Pública a discricionariedade para a dispensa de tais instrumentos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

especialmente em situações de menor complexidade e valor do objeto. Essa prerrogativa administrativa, exercida sob a égide dos princípios da eficiência, economicidade e proporcionalidade, justifica-se pela constatação de que o esforço de planejamento demandado por tais documentos não se coaduna com o custo-benefício da contratação, dada a sua baixa complexidade e o valor irrisório.

O valor estimado para a presente contratação perfaz o montante de R\$ 655,18. Tal cifra encontra-se substancialmente aquém do limite estabelecido no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que rege as hipóteses de dispensa para obras e serviços de engenharia. A estimativa de preços, utilizada como balizador para a contratação, foi apurada mediante consulta ao Banco de Preços mantido pela NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, sistema este reconhecido como oficial e dotado de critérios claros de atualização e validação.

A instrução processual contempla a classificação orçamentária pertinente. Ademais, verifica-se o Despacho da Prefeita Municipal, emitido em estrita observância ao art. 16, caput e incisos I e II, da Lei Complementar nº 100/2000. Por meio deste ato, atesta-se a previsão dos recursos orçamentários necessários à consecução do objeto nas peças de planejamento plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA).

A base legal que fundamenta a instauração do presente processo de dispensa de licitação é o art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Cumpre ressaltar que o limite de valor para a dispensa de licitação em obras e serviços de engenharia, originalmente fixado em R\$ 125.451,15, foi devidamente atualizado para R\$ 130.984,20, conforme o Decreto Federal nº 12.807/2025. Tal atualização, em consonância com o preceito do art. 182 da Lei nº 14.133/2021, que determina o reajuste anual dos valores de dispensa com base em índice oficial de inflação, como o IPCA-E, demonstra a legalidade do procedimento. A publicidade de tal atualização ocorreu no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade com a normatização vigente. O Edital do Processo Administrativo nº 029/2026, referente à Dispensa Eletrônica nº 11/2026, foi, por sua vez, devidamente publicado.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DA ANÁLISE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A análise da dispensa de licitação para a aquisição de portas destinadas à ampliação da Escola Vargem do Rio evidencia a estrita observância aos ditames da Lei nº 14.133/2021. O objeto contratual, cujo valor global alcança R\$ 655,18, enquadra-se precisamente na hipótese de dispensa prevista no inciso I do art. 75 da referida norma, a qual autoriza a contratação direta para obras e serviços de engenharia quando o valor não exceder R\$ 130.984,20. Cumpre notar que tal montante representa a atualização do limite estabelecido pelo Decreto Federal nº 12.807/2025, em consonância com a determinação do art. 182 da Lei nº 14.133/2021, que impõe o reajuste anual dos valores de dispensa, assegurando, assim, a conformidade com o teto legal vigente para a modalidade de contratação direta.

A estimativa de preços, que serviu de balizador para a presente contratação, foi obtida por intermédio do Banco de Preços mantido pela NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA. Trata-se de um sistema oficial e reconhecido pela Administração Pública, cujos critérios de validação e atualização conferem a devida compatibilidade com os valores de mercado, em atendimento ao preconizado pelo art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, a classificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

orçamentária e o Despacho da Prefeita Municipal, em estrita conformidade com o art. 16, caput e incisos I e II, da Lei Complementar nº 100/2000, corroboram a prévia previsão e a disponibilidade dos recursos orçamentários necessários, os quais encontram-se devidamente alinhados à Programação de Longo Prazo (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

No que concerne à ausência do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Análise de Riscos, a prescindibilidade desses instrumentos encontra amparo na discricionariedade conferida à Administração Pública, conforme explicitado no Decreto Municipal nº 100/2025 e na Consulta nº 1102289/TCMG. Diante da intrínseca baixa complexidade e do irrisório valor do objeto a ser contratado, a dispensa desses documentos se justifica com fulcro nos princípios da eficiência e da economicidade, uma vez que o esforço de planejamento exigido para sua elaboração não se mostraria proporcional ao benefício esperado, em conformidade com as diretrizes do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a publicação do Edital da Dispensa Eletrônica nº 11/2026, bem como a atualização dos valores de dispensa pelo Decreto Federal nº 12.807/2025, efetivadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), reforçam a observância aos preceitos legais e aos princípios de transparência e publicidade que regem a matéria, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

2.2. DA JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DA ANÁLISE DE RISCOS

A dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Análise de Riscos, permissivos legais estabelecidos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, encontra fundamento na discricionariedade administrativa, exercida em estrita observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da proporcionalidade. A justificativa apresentada, ancorada no Decreto Municipal nº 100/2025 e na Consulta nº 1102289/TCMG, alinha-se à natureza intrínseca do objeto licitado e ao seu valor monetário.

Considerando a manifesta simplicidade e o valor irrisório da aquisição de portas, estimado em R\$ 655,18, a exigência formal de um ETP e de uma Análise de Riscos revela-se desproporcional e incompatível com a celeridade e a economicidade que devem imperar nos procedimentos de contratação de pequeno vulto. O § 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, ao facultar que o estudo técnico preliminar contemple apenas os elementos essenciais previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º, e demande justificativas para a exclusão dos demais, corrobora essa interpretação. No cenário em apreço, a formalização da demanda, a estimativa de valor, a fundamentação para a decisão sobre o parcelamento (ou sua ausência) e a conclusão sobre a adequação da contratação para atender à necessidade administrativa já foram devidamente considerados e formalizados, suprimindo, de forma satisfatória, a exigência de um ETP exaustivo.

Ademais, a ausência da Análise de Riscos é cabalmente justificada pela simplicidade do objeto, que não comporta riscos expressivos capazes de comprometer o êxito da contratação ou a adequada execução contratual, conforme alude o inciso X do art. 18 da Lei nº 14.133/2021. A Administração Pública, ao ponderar o esforço de planejamento em contrapartida ao custo e à complexidade da contratação, agiu em conformidade com o princípio da proporcionalidade e da eficiência, optando pela medida mais adequada e economicamente vantajosa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

2.3. DA CONFORMIDADE DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO

A estimativa de preços para a aquisição das portas, fixada em R\$ 655,18, foi diligentemente apurada com base no Banco de Preços da NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA. Tal ferramenta, conforme atestado, constitui um sistema oficial e reconhecido pela Administração Pública, notabilizando-se por seus critérios claros e acessíveis de atualização e validação. Essa metodologia de aferição de valores encontra plena consonância com o comando normativo do art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o qual impõe à Administração o dever de compatibilizar o valor estimado da contratação com os preços de mercado, admitindo, para tal fim, a utilização de bancos de preços públicos como um dos balizadores. Dessa forma, a adoção de um banco de preços oficial e validado assegura a fidedignidade dos dados empregados, corolário indispensável para a promoção da economicidade e da eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.4. DA REGULARIDADE DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E DA DOTAÇÃO DE RECURSOS

A regularidade da previsão orçamentária e a dotação de recursos para a presente contratação são elementos cruciais para a sua validade e conformidade com os preceitos legais. Conforme as informações adunadas ao processo, os recursos necessários para a aquisição das portas foram estritamente vinculados à classificação orçamentária pertinente e devidamente assegurados.

Este procedimento encontra amparo no ordenamento jurídico pátrio. A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 72, estabelece que a execução orçamentária, inclusive de receitas vinculadas a fundos especiais, deve ser amparada por dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais. De igual modo, o artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) exige a compatibilização do projeto de lei orçamentária anual com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, configurando um sistema de planejamento e controle financeiro integrado.

Ademais, a confirmação de que os recursos foram devidamente empenhados, liquidados e pagos, conforme a resposta do cliente, ratifica a observância dos trâmites financeiros. O artigo 62 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que o pagamento da despesa somente se efetua após o seu ordenamento, o qual, por sua vez, pressupõe a regular verificação e confirmação da liquidação, garantindo o controle sobre a execução orçamentária.

A adequação orçamentária e financeira, um dos pilares da responsabilidade fiscal preconizada pelo artigo 16 da LC nº 101/2000, é requisito indispensável para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que impliquem aumento de despesa. A declaração de que os recursos estão previstos na PPA, LDO e LOA, e que foram subsequentemente empenhados, liquidados e pagos, demonstra cabal cumprimento desse requisito, assegurando a cobertura financeira da contratação e a observância dos princípios da gestão fiscal responsável.

3. DA CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Em face do exposto, conclui-se pela plena legalidade da fase interna do Processo Administrativo nº 029/2026, que abrange a Dispensa Eletrônica nº 11/2026, relativa à aquisição de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL

portas para a ampliação da Escola Vargem do Rio. A contratação direta, conforme fundamentado, encontra amparo robusto no Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o valor estimado para a aquisição, fixado em R\$ 655,18, situa-se consideravelmente aquém do teto atualizado de R\$ 130.984,20 para obras e serviços de engenharia, estabelecido pelo Decreto Federal nº 12.807/2025.

A dispensa do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da Análise de Riscos, justificada pela intrínseca baixa complexidade e pelo ínfimo valor do objeto, alinha-se à discricionariedade inerente à Administração Pública, conforme preconizam o Decreto Municipal nº 100/2025 e a Consulta nº 1102289/TCMG. Tal conduta, ademais, reflete a aplicação dos princípios da eficiência e da economicidade, em consonância com o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa quando o esforço de planejamento não se justifica frente ao custo e à complexidade da contratação. Complementarmente, a estimativa de preços, balizada pelo Banco de Preços da NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, sistema oficial e reconhecido, atende aos imperativos de compatibilidade com os valores de mercado.

Ademais, a regularidade da previsão e disponibilidade de recursos orçamentários, em estrita observância à Lei Complementar nº 100/2000 e aos planos PPA, LDO e LOA, bem como a efetiva publicação do edital e da atualização dos valores de dispensa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consolidam a conformidade do procedimento com o ordenamento jurídico vigente.

Diante do exposto, recomenda-se o prosseguimento do certame, com a observância rigorosa das demais formalidades legais e regulamentares pertinentes à fase externa da dispensa eletrônica. É imperativo assegurar a plena aderência aos princípios da publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e probidade administrativa. Sugere-se, ainda, a manutenção de um registro minucioso de todas as etapas e decisões adotadas no curso do processo, como forma de garantir a comprovação futura da regularidade e da transparência da contratação pública.

Eis o nosso parecer, s.m.j.

Campestre, 5 de fevereiro de 2026

Antônio de Pádua do Lago
Procurador Municipal
OAB/MG 79.615
Matrícula nº 304